

Universidade Federal de Minas Gerais
Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola

**A questão de gênero nas audiências
públicas para aprovação do Plano Municipal
de Educação em Bom Despacho**

Cristina Lima Pacheco de Mendonça Machado

Bom Despacho

2016

Cristina Lima Pacheco de Mendonça Machado

A questão de gênero nas audiências públicas para aprovação do Plano Municipal de Educação em Bom Despacho

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de especialista em GDE.

Orientadora: Erica Souza

Bom Despacho

2016

Cristina Lima Pacheco de Mendonça Machado

A questão de gênero nas audiências públicas para aprovação do Plano Municipal de Educação em Bom Despacho

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de especialista em GDE.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Erica Souza
Doutora em Ciências Sociais

Prof^a Anna Paula Vencato
Doutora em Antropologia

**À minha filha Stela, para que aprenda sempre a respeitar o próximo e
a questionar tudo!**

Agradecimento

Minha gratidão ao pessoal do GDE, especialmente os tutores Rafael Pinheiro, Rose e Isabella. Também à professora Erica. Aos colegas de turma que foram ótimos. Ao Fernando por ser tão companheiro e incentivador. Especialmente à minha mãe Salma, por tudo que faz por mim e minha filha!

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as discussões da Câmara Municipal de Bom Despacho, cidade mineira, acerca da menção dos termos “gênero”, “diversidade sexual” e seus sinônimos no Plano Municipal de Educação que trata de metas e diretrizes para a Educação em relação aos próximos dez anos. O trabalho também mostra como foram as votações em algumas cidades brasileiras e as opiniões de alguns legisladores. E também como alguns projetos como “Escola Sem Partido”, “Estatuto da Família”, “Partido Novo” tem difundido ideias que não contemplam a diversidade, a igualdade de gênero e a democracia.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação, Câmara Municipal, ideologia de gênero.

ABSTRAT

This work aims to analyze the issues discussed at the town hall of the City of Bom Despacho, a town in the state of Minas Gerais, concerning the use of the terms "gender," "sexual diversity" and their synonyms in the City Education Plan which deals with goals and guidelines for education for the next ten years. The work also shows how the voting was in some Brazilian cities and the views of some lawmakers. It is also shown how some projects like "Escola Sem Partido", "Estatuto da Família," "Partido Novo" have spread ideas that do not include diversity, gender equality and democracy.

Keywords: City Education Plan, Town Hall, the gender ideology.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Charge de um político da bancada cristã que coloca a Bíblia sobre a Constituição, desrespeitando a laicidade do Estado brasileiro. Disponível em:

<http://opensadordaaldeia.blogspot.com.br/2014/04/nossa-idade-media-bancada-da.html>

Figura 2 – Charge da visão de muitos legisladores sobre a questão de gênero. Disponível em:

<https://liberdadeparaensinar.files.wordpress.com/2015/09/imagem-7.png>

Lista de Siglas

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESP – Projeto Escola Sem Partido

FNE – Fórum Nacional de Educação

LGBT – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

MEC – Ministério da Educação

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Projeto de Lei

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME – Plano Municipal de Educação

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB –Partido Socialista Brasileiro

PSBD – Partido da Social Democracia Brasileira

PSC – Partido Social Cristão

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SOBRE O PNE	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4 MÉTODO UTILIZADO	19
4.1 Atores da política brasileira e a questão de gênero	19
4.2 Bom Despacho e a discussão do PME	27
5 CONCLUSÃO	34
6 REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi muito marcado por discussões sobre Gênero, especialmente por ter sido um ano em que foi votado, em todo país, mais um Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência para os próximos dez anos. A culminância dessas discussões trouxe no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2015 uma questão de uma filósofa muito importante para as questões de gênero como Simone de Beauvoir, que causou muita polêmica em todo Brasil, uma das razões da escolha da temática deste trabalho. Serão analisadas as discussões que foram feitas nas audiências públicas na Câmara Municipal de Bom Despacho, cidade do centro-oeste mineiro, sobre a “Ideologia de Gênero” do PME no âmbito municipal. Para a condução deste estudo foram elaboradas algumas perguntas: Na cidade de Bom Despacho as discussões se deram como na maioria do país? Ocorreram polêmicas e discussões acirradas envolvendo membros de igrejas evangélicas e católicas como aconteceu pelo Brasil? O Plano Municipal de Educação foi aprovado mencionando os polêmicos termos? O objetivo deste trabalho é observar e analisar essas discussões na cidade mineira.

Nos últimos anos a mobilização social vem trazendo vários debates acerca da participação de todos nas políticas públicas nacionais. Temas como inclusão, diversidade e igualdade vão se transformando em metas e políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Em 2014, foi realizada a II CONAE (Conferência Nacional de Educação) que teve como tema central a articulação do Plano Nacional de Educação no Sistema Nacional de Educação. Nesse documento foram definidas metas, indicadas responsabilidades e atribuições entre os entes federados e o sistema de ensino. O documento foi aprovado e sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff e direcionado para os municípios brasileiros para cada um elaborar seu próprio plano a fim de que as metas fossem monitoradas e cumpridas localmente.

2 SOBRE O PNE

O documento-base PL (8.035/2010) que tramitava desde 2010 e serviu de premissa para o Documento-Referência do II CONAE (Conferência Nacional de Educação) tinha como diretrizes: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e a cidadania, promoção do princípio da gestão democrática da educação, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica, valorização dos profissionais da educação, estabelecimento de meta de aplicação de recursos, promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, e a última e mais polêmica das diretrizes: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade. (II CONAE, pg. 19). Ao todo são 35 menções dos termos “gênero”, “orientação sexual”, “diversidade sexual” ao longo do documento do II CONAE. Em alguns trechos podemos ver várias menções dos termos que foram considerados impróprios para serem incluídos nos PMEs:

No Eixo I do documento do CONAE, uma das proposições é garantir por meio do PME, “reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação da segregação das pessoas com deficiência, das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual” (II CONAE, pg.16). Na proposição 5.2 do referido documento, vemos menção de travestis e transexuais quando fala: “Garantir acesso e permanência a estudantes travestis e transexuais no ensino fundamental e médio, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidades de acesso à universidade pública e gratuita” (II CONAE – Conferência Nacional de Educação, 2014, pg. 65). A estratégia 6 do Eixo I propõe “Garantir condições institucionais para o debate e a promoção da diversidade étnico-racial e de gênero, orientação sexual, por meio de políticas pedagógicas e de gestão específicas para este fim”. E a estratégia 27 do mesmo Eixo propõe:

“Desenvolver ações conjuntas e articuladas pelo diálogo e fortalecimento do FNE e Diversidade Étnico-Racial, Fórum de Educação Escolar Indígena, Fórum de Educação do Campo, Fórum de Educação Inclusiva, Fórum de Educação em Direitos Humanos, Fórum de EJA, Fórum de Educação Profissional, Fórum LGBT, dentre outros” (II CONAE, pg. 26).

O Eixo II - que trata de Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos – traz a premissa que historicamente, os movimentos feminista, indígena, negro, quilombola, LGBT, ambientalista, do campo, das pessoas com deficiência, dentre outros, denunciam as ações de violência, desrespeito aos direitos humanos, intolerância religiosa e toda forma de fundamentalismo, racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e segregação, que incidem sobre os coletivos sociorraciais considerados diversos. E que esses movimentos reeducam a si e a sociedade e contribuem para mudanças no Estado brasileiro no que se refere ao direito à diversidade (pg. 28). Alerta ainda que:

“Para o fato de que, ao desconhecer a riqueza e a complexidade da diversidade, pode se incorrer no erro de reforçar o papel estruturante do racismo e, desse modo, tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade que se propaga pela conjugação de relações assimétricas de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual, cidade/campo” (II CONAE, pg. 28).

Na estratégia 7, Eixo II do documento, menciona-se:

“Inserção e implementação na política de valorização e formação dos/as profissionais da educação, a discussão de raça, etnia, gênero e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, adotando práticas de superação do racismo, machismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e contribuindo para a efetivação de uma educação antirracista, e não homo/lesbo/transfóbica” (pg. 32).

A estratégia 9, Eixo II, trata da distribuição de materiais pedagógicos para biblioteca, esse é um item que os legisladores sempre combatem e criticam. Materiais esses que serviriam para promover a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, direitos reprodutivos, a inclusão das pessoas com deficiência, a

educação ambiental e que também contemplem a realidade dos povos do campo, dos indígenas, dos quilombolas, dos ciganos e da educação ao longo da vida, respeitando e valorizando as especificidades da juventude e dos adultos e idosos, garantindo a acessibilidade (pg.32).

Nas estratégias 10,11 e 13 do Eixo Norteador II, podemos ver uma série de menções dos polêmicos termos, mas que fariam grande diferença no combate ao preconceito, discriminações e violências:

“Incentivar e apoiar financeiramente pesquisas sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, relações étnico-raciais, educação ambiental, educação quilombola, indígena, dos povos do campo, dos povos da floresta, dos povos das águas, ciganos, educação das pessoas com deficiência, pessoas jovens, adultas e idosos em situação de privação de liberdade e diversidade religiosa;

Implementar políticas de ações afirmativas para a inclusão dos negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, povos das águas, povos da floresta, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, nos cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* e nos concursos públicos;

Garantir o acesso e condições para a permanência de pessoas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, povos das águas e povos das florestas, comunidades tradicionais, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no ensino regular.” (pg. 33).

O item 8.19, do Eixo III – Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente - do documento-base do PNE traz a meta:

Desenvolver intersetorialmente políticas públicas educacionais de valorização sustentabilidade socioambiental, diversidade regional, biodiversidade, diversidade cultural, promoção da igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual, identidade de gênero e idade. (II CONAE – Conferência Nacional de Educação 2014, pg. 48).

Já no Eixo IV, que fala sobre qualidade da educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem – a estratégia 2.10, fala que é preciso considerar na formulação de políticas para a

educação, em todos os níveis, etapas e modalidades, as relações étnico-raciais, a discussão sobre igualdade de gênero, sobre orientação sexual e identidade de gênero como fundamentais à democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem significativa (pg. 58). E na estratégia 5.2, a proposição do plano garantiria acesso e permanência a estudantes travestis e transexuais no ensino fundamental e médio, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidades de acesso à universidade pública e gratuita.

O documento também inclui no Eixo VI estratégia para ampliação de formação de professores, na proposição 1.2 – Valorização dos Profissionais da Educação, Formação, Remuneração, Carreira e Condições de Trabalho – o documento base traz a seguinte proposição:

Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção da saúde e dos direitos sociais e reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção de doenças. (II CONAE – Conferência Nacional de Educação 2014, pg. 76).

Esses trechos do documento da CONAE refletem a importância da mobilização social por políticas públicas, para que a sociedade reflita e repense mais sobre democracia e participação popular. Mas não serão aplicados em muitos municípios brasileiros devido à retirada dos termos “gênero”, “orientação sexual”, “transexuais”, “gays”, “lésbicas”, “travestis”, “transgênero” e outras categorias correlatadas. Por que essa questão de gênero é tão polêmica? Analisaremos como alguns teóricos definem o termo e como contribuem para os estudos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As questões de gênero estão sendo muito discutidas ultimamente devido aos movimentos sociais como os feministas, movimentos LGBT e também os negros. Movimentos estes que buscam contribuir para a ascensão da mulher em todos os setores da sociedade, e também para diminuir as desigualdades de gênero. A maioria das

peças tem um conceito errôneo do que seja gênero, devido ao binarismo de gênero, consideram que só existe feminino e masculino e o que foge disso não é considerado normal. Nesse contexto, as ofensas à ideologia de gênero buscam naturalizar posições (BIROLI, 2015). A teórica Joan Scott (1994) analisa muito bem essa questão, para ela, deve se pensar gênero como uma categoria de análise das construções sociais e históricas, sejam elas políticas, econômicas, familiares, artísticas, dentre outras. Construções baseadas nas diferenças entre os sexos e que dão significado às relações de poder. Scott tenta inserir historicidade na concepção de gênero, uma vez que as diferenças entre os sexos são “percebidas”, ou seja, desnaturalizadas e historicamente construídas. (PELEGRINI, p.3, 2012).

O termo sexualidade ou orientação sexual são conectados de maneira equivocada, apenas como questão de saúde, mas abrange estudos muito mais amplos e complexos. Simbologias, ideias, instituições, práticas cotidianas, rituais, enfim, tudo que envolve relações sociais é definido culturalmente, um modo de ordenar o mundo, segundo Scott (1995). Quando se fala em poder além das questões sociais, da desigualdade, quando se trata de gênero, o lugar da mulher é historicamente o lugar do menor poder, menos voz, menos reconhecimento na sociedade (SCOTT, 1995). Daí a importância do Movimento Feminista e suas contribuições para tentar diminuir as desigualdades de gênero, a violência e a luta contra a hegemonia masculina.

Judith Butler, filósofa norte-americana, com ousadia traz a biologia para o campo do social, em sua obra *“Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”*, de 1990, procura entender teoricamente a conceituação de gênero a partir de sua identificação com o termo mulheres, ou, mais especificamente, da conceituação da mulher como sujeito, e a partir de sua relação com o termo sexo. O importante para a autora é o jogo das identidades produzidas historicamente e o papel político que essas identidades exercem. (PELEGRINI, p.3, 2012). Para Butler, “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, p. 25), indicando assim que sexo não é natural, mas sim cultural como o gênero. O que está em questão para Butler, é ir para além dos gêneros, pois o mesmo não deve ser visto e buscado enquanto origem ou uma verdade sexual (gênero feminino ou masculino), mas sim, enquanto investidas políticas designadas como origem

e causas de naturalizar categorias de identidades masculinas e femininas. Ou seja, como homens e mulheres devem se portar socialmente (ARAÚJO, 2011). Para Butler, é necessário subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo. Debruçando-se sobre o desmonte da heteronormatividade através de atos subversivos a autora se tornou referência dos estudos *Queer* e de transexuais e travestis (SENKEVICS, 2012).

O papel do gênero seria então, para Butler, produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes, os quais se opõem como todas as oposições binárias do pensamento ocidental. Sendo todo o discurso que leva à manutenção da ordem compulsória. Essa manutenção se daria através de atos, gestos, repetições e signos no âmbito cultural. (SENKEVICS, 2012).

A pesquisadora Guacira Louro contribuiu para a constituição e a consolidação do campo de estudos sobre gênero, sexualidade e educação no Brasil. Para ela:

“A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, pg. 2, 2008).

Segundo Louro (1997) a escola, concebida inicialmente para acolher, acaba se tornando produtora e disseminadora de desigualdades, diferenças e distinções. Classifica, ordena, hierarquiza e separa. Separa adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos de pobres e meninos de meninas. Ali se aprende a olha, a ouvir, a falar, a calar e a preferir. Aprende-se o que e a quem tocar e como tocar e o que não tocar também. Servindo-se de códigos e símbolos, informa o lugar de cada um, o que cada um pode ou não pode. Aponta modelos através de quadros, esculturas ou santos. Exemplos disso são os crucifixos, quadros representando cenas ou personagens históricos presentes em paredes escolares. Os espaços são determinados para cada

gênero; para os meninos, que supostamente (de acordo com os estereótipos) precisam de mais espaço, são determinadas atividades ao ar livre.

A disciplina muitas vezes serve para “fabricar” (LOURO, 1997, pg.62) indivíduos, um processo sutil que é cotidianamente construído. Separação por fila, de brinquedos, de grupos de trabalho são processos tidos como naturais. Entre os múltiplos espaços onde se propaga a desigualdade, vemos como a linguagem pode fixar as diferenças. Substantivos masculinos sempre são utilizados para representação. Existe um ocultamento do feminino através da linguagem. Um claro exemplo do “não dito” é a ocultação da homossexualidade pela escola. O silenciamento aqui garante a “norma”, mantenedora da ordem, dos valores, do bom comportamento. E os homossexuais, negados no espaço legítimo da escola, servirão de chacota para os outros alunos que reconhecerão aquele como desviante e indesejado.

Os livros didáticos também são instrumentos de representação não só de gêneros, mas de grupos étnicos e classes sociais. Homens sempre são representados num mundo público, ou seja, nos esportes, na sociedade, no trabalho e mulheres quase sempre representadas pelo doméstico, na cozinha ou como mães. A diversidade de tarefas, de arranjos familiares, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos geralmente é ignorada. A representação da família no livro didático também típico, pai, mãe e filhos. Na disciplina Educação Física o processo de identidade de gêneros é evidente. As separações de meninos e meninas são justificadas através da ordem biológica e das diferenças de habilidades. A ideia da fragilidade feminina ainda é forte. As meninas são ensinadas a proteger seus corpos para não machucar seus órgãos reprodutores, destinadas então a esportes menos agressivos. Alguns professores automaticamente atribuem as características para cada gênero e aqueles alunos que não se identificam com as características de seu gênero ficam à margem. Todos esses simbolismos servem para constituir a realidade social, para estabelecer ou diminuir relações de poder e dominação em relações cotidianas. Está implícito um esquema binário rígido, o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente pela escola, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve (LOURO, pg. 81, 1997).

4 METODOLOGIA UTILIZADA

Foi realizada observação participantes das sessões públicas na Câmara Municipal de Bom Despacho. Foram duas sessões ocorridas nos dias 15/06/2015 e 22/06/2015, com anotações dos os principais pontos. Além disso, textos e reportagens de jornais e da internet também foram utilizadas em algumas das análises¹.

4.1 ATORES DA POLÍTICA BRASILEIRA E A QUESTÃO DE GÊNERO



Figura 1: Desenho de um político da bancada acadêmica que coloca a Bíblia sobre a Constituição, desrespeitando a laicidade do Estado brasileiro.

A política brasileira há algum tempo está sendo tomada por muitos sujeitos com pensamentos e condutas fanático-religiosas que misturam preconceitos e ideias sem comprovação científica ou empirismo. Por todo país se vê bancadas cristãs cheias de ideias retrógradas e com intuito de moralizar a sociedade brasileira. As discussões sobre o Plano Nacional de Educação causaram verdadeiro furor nesses políticos.

¹Os vídeos das referidas sessões estão disponíveis no canal da internet "You Tube", nos seguintes endereços:

https://www.youtube.com/watch?v=miv_77dKf6o (sessão do dia 15/06/15) e https://www.youtube.com/watch?v=xB7I_ZsvSI0 (sessão do dia 22/06/15).

Líderes religiosos pregam aos seus seguidores que defender ideias como a igualdade de gênero, a qual eles chamam de “ideologia de gênero”, pode trazer sérias consequências, como conta Vanderlúcio Souza em uma entrevista a Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro:

“(…) é preciso fazer a nossa parte conhecendo e apresentando ao público a verdadeira face da ideologia de gênero escondida atrás de uma fantasia carnavalesca. Olha-nos sorridente para conquistar-nos. Uma vez conseguido seu intento, fecha sua carranca e ataca-nos impiedosamente para destruir a vida, a família e os valores sociais alicerçados na lei natural moral que ensina a fazer o bem e evitar o mal. Todavia, quem se julgar livre para defender os valores naturais e cristãos pode ser duramente perseguido, moral e fisicamente, como já se faz, ainda que um tanto veladamente, em não poucos países”. (SOUZA, 2014).

O bispo católico ainda diz que:

“(…) a ideologia de gênero é uma nova técnica idealizada pela ‘esquerda’ que pretende, através do sistema escolar, abolir a família como instituição social”. E logo após poderá vir a “implantação da educação sexual nas escolas, máquina demolidora e destruidora das famílias. É a nova revolução socialista do PT (Partido dos Trabalhadores)”. (SOUZA, 2014).

Políticos da bancada evangélica também se posicionaram contrários. Por todo país legisladores estão elaborando projetos como “Escola Sem Partido”, programa que, segundo alguns parlamentares, tem como princípio: neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, pluralismo de ideias no ambiente escolar; liberdade de aprender como projeção específica no campo da educação e da liberdade de consciência; liberdade de crença; reconhecimento da vulnerabilidade do educando; e direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com as suas convicções. (Bom Despacho, Lei Municipal 2499, 2015). Ou seja, projetos como estes podem ter como consequência a diminuição da autonomia dos professores e prejuízo aos alunos de aprenderem sobre diversidade de ideias e de pessoas. Os conceitos que muitos políticos têm sobre gênero são definidos como, por exemplo, no trecho a seguir:

“Os seres humanos não se dividem em dois sexos e as diferenças biológicas e naturais não contam para a definição do homem e da mulher, mesmo diante das diferenças anatômicas. As pessoas tornam-se homens

ou mulheres, ou adquirem esses papéis, com o passar do tempo, de acordo com o contexto histórico, social e cultural. Em vista disso, as crianças devem ser criadas e educadas de forma neutra para que elas escolham o gênero no futuro, independente da identidade dos seus corpos. A escolha, no entanto, nem sempre é definitiva porque é visto como normal ao homem (ou à mulher) gostar de mulher em determinado período da vida, de homem em outro momento, ou gostar de ambos. Essa ideologia recomenda à escola a não classificar os alunos em meninas ou meninos, mas em crianças. As roupas, suas cores, brinquedos e banheiro, é melhor que sejam compartilhados igualmente por ambos os sexos, sem as conhecidas diferenciações marcadas pela cultura tradicional” (Silva, 2015)

Em outra passagem do mesmo texto, encontramos informações de que o governo não quer somente o reconhecimento das outras configurações familiares e da diversidade sexual, como se propaga ao senso comum, mas a desconstrução do status de normalidade para a família tradicional, ainda contemplada na Constituição - A respeito do Decreto 7037/2009 assinado pelo presidente Lula, o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) que estabelece metas de reconhecimento e inclusão nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade. Os mais conservadores não aceitam outras configurações de família que não sejam a de pai, mãe e filhos. Julgam ser a ideologia de gênero uma teoria que embora trate do corpo não se firma nos estudos biológicos e genéticos e se acomodou nas ciências sociais e humanas, não se equilibram em critérios cartesianos da verdade (SILVA, 2015). Ainda diz que essa ideologia se orienta nos terrenos movediços do desconstrutivismo e do relativismo filosófico, que muitos de seus achados vieram pelo método científico de pesquisa-ação, que é livre de preocupação objetiva e é predominantemente subjetivo, alegando ainda que esse método é ideal para a pesquisa engajada e de legitimação para a militância. (SILVA, 2015).

Silva ainda escreve que é possível que haja mais relações de interesse do que é percebido, menciona que há interesses pelo controle demográfico da população, da indústria turística e do entretenimento, pois aumenta a liberdade e o desprendimento individual para viagens, maior consumo de bens e serviços de uso individual, pois se gasta menos com o sustento e a fixação da prole; maior volatilidade dos bens e recursos

individuais; reflexos diretos nos sistemas de previdências e seguros; menor apego à cultura e valores universais: menor compromisso do indivíduo com a família, menor necessidade de acúmulo de capital para investimento na família ou herança; fortalecimento dos governos e mercados sobre a vontade dos cristãos pelo enfraquecimento e/ou detrimento do modelo de agregação familiar; tentativa de quebrar a espinha dorsal das culturas judaicas e cristãs. Tudo isso, segundo Silva (2015), seriam consequências da ideologia de gênero. Finalizando ele fala que o espaço para a contestação acha-se cada vez mais escasso no restante da sociedade de predominância heteronormativa, podendo-se considerar que a influência formadora da pesquisa engajada que é produzida na universidade atravessou os muros e seus efeitos se instalaram na sociedade. (SILVA, 2015).

Em uma réplica, direcionada ao texto de Silva, nomeado “O triste samba de Orley”, o professor do Instituto Federal de Goiás, Thiago Cazarim discorre que o governo não vai implantar nada, apenas propôs estender e escancarar a ideologização que já é cotidiana e sub-reptícia em nossa cultura. Questiona: Qual de nossas instituições não possui ideologia de gênero? A moda, os esportes, a teledramaturgia, o exército, as religiões, todas essas e outras delineiam diariamente relações de gênero e sexualidade em nossas crianças e adolescentes. (CAZARIM, 2015). O professor ao tentar refletir sobre os estereótipos que são naturalizados e institucionalizados todos os dias no cotidiano, quis dizer que, ideologia tem sido usado como um termo pejorativo para diminuir a importância do assunto e para tentar convencer as pessoas que é um tipo de doutrinação.

Em um texto da revista Cult, o advogado Renan Quinalha diz que muitas Câmaras de Vereadores e Assembleias selaram uma interferência bastante perigosa do pensamento religioso conservador sobre as políticas públicas de educação, colocando em xeque o princípio da laicidade do Estado. Os planos municipais aprovados por legisladores de todo Brasil podem conter no máximo a fórmula genérica de “combate a todas as formas de preconceito e de discriminação”, em detrimento de jogar luz às diferentes formas de violência. (QUINALHA, 2015). Para o advogado, não se trata de uma ideologia o reconhecimento do caráter social e histórico dos dispositivos e arranjos de regulação do sistema que articula a dicotomia sexo-gênero. Assim, tão ideológica

quanto a Ideologia de Gênero é a ideologia anti-gênero. O modo equivocado como os setores conservadores pautam o debate de gênero revela mais do gênero da ideologia deles – heteronormatividade transfóbica e patriarcal – do que da ideologia de gênero. (QUINALHA, 2015).

Márcia Tiburi, também na Revista Cult, em seu texto “*Vamos conversar sobre gênero?*”, fala que a ideologia de gênero sobre a qual se fala hoje, não está na pesquisa que a discute e questiona, mas no poder que, aliado ao senso comum, tenta dizer o que gênero não é. Pois quem usa o termo “Ideologia de Gênero” para combater o que há de elucidativo no termo gênero procura ocultar por meio do termo ideologia não apenas o valor do termo, como, por inversão, o próprio conceito de ideologia. É como se falar de Ideologia de Gênero servisse para ocultar a Ideologia de Gênero de quem professa o discurso contra a Ideologia de Gênero. (TIBURI, 2016). Segundo a doutora em filosofia, não se trata apenas de uma manobra em que a autocontradição performativa é ocultada pela força da expressão, mas de um caso evidente de má fé, e quando há má fé vem de pessoas que se dizem da fé, então estamos correndo perigo, pois a fé do povo tem sido usada de maneira demoníaca. (TIBURI, 2016).

Os políticos dizem querer resguardar as crianças, os jovens e as famílias de ideologias que podem ser ensinadas em sala de aula, fugindo do conteúdo programático e evitando que as crianças sejam influenciadas por professores “ideologistas” que tem pensamentos diferentes daqueles que as crianças recebem em casa. Acham que os professores devem ser inibidos em sua “doutrinação”. Em Bom Despacho não foi diferente, o vereador e membro da Comissão da Educação do município, José Maurício da Silva (PV) foi o primeiro a apresentar o Projeto ESP (Escola Sem Partido) e o Prefeito Fernando Cabral (PPS) vetou. Voltando ao legislativo, todos os nove vereadores derrubaram o veto e o projeto foi sancionado como lei no dia 05/08/15, instituindo no âmbito do Sistema de Ensino do Município o Programa “Escola Sem Partido”, pelo presidente da Câmara Municipal Fernando Becker Lamounier (PSB). Esse projeto ESP tem como princípios: neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, pluralidade de ideias no ambiente escolar, liberdade de aprender, liberdade de crença, reconhecimento da vulnerabilidade do educando, direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções,

veda, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica. No exercício da função do professor a lei determina que este não poderá aproveitar da audiência cativa dos alunos para cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária. O disposto na Lei deverá ser aplicado em livros didáticos e em provas de concurso público municipal para a carreira docente. Professores, estudantes e pais ou responsáveis deverão ser informados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente. E para “vigiar e punir”, ficou determinado que a Comissão de Saúde, Saneamento, Educação e Meio Ambiente, da Câmara Municipal de Bom Despacho, contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato. (Lei 2.499/15 – Bom Despacho, 2015). Professores poderão perder autonomia em suas classes, mas também não se manifestaram contrários à Lei.

O Deputado Leandro Genaro (PSB) componente da bancada evangélica, afirmou que a “ideologia de gênero é uma praga que veio do marxismo, passando pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós conhecemos” (Folha de São Paulo, 2015).

Dentro do nosso imaginário social fundado nas diferenças sociais, muitas pessoas não aceitam que gênero é uma construção social, não distinguem gênero de sexo. Consideram que a aplicação dessas questões de gênero na escola poderá trazer desvios de caráter, onde as crianças e jovens terão que escolher entre sem homem ou mulher, trazendo problemas de identidade para os alunos. Pois longe dos pais podem ser mais facilmente influenciados pela ideologia.

O fortalecimento desses legisladores da bancada cristã tem como consequência a falta de financiamentos para pesquisas científicas e enfraquecimento dos partidos políticos. E também o surgimento de partidos como o “Novo”, movimento de pessoas que se dizem “insatisfeitos com o montante de impostos e a qualidade dos serviços públicos recebidos”. Esse partido teve registro deferido em 2015 e que define ideias como: maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade de serviços essenciais como saúde, educação e segurança. Tem como fundadores administradores de empresa, engenheiros, advogados, estudantes, economistas, empresários e arquitetos, dizendo querer aplicar no Brasil princípios de gestão de grandes empresas,

diminuindo a presença do Estado na economia. Os membros desse movimento acusam o governo federal atual de querer criar uma estrutura ideológica nas escolas e dizem que um Brasil competitivo deve ser livre de doutrinação ideológica. Defendem também a estatização de todas as empresas brasileiras. O “Partido Novo” vem ganhando muitos adeptos, se posicionou a favor da candidatura de políticos opositores ao governo, como Aécio Neves (PSDB) e participou de passeatas contra o governo atual no ano de 2015. Fazem duras críticas aos Programas Sociais do governo, alegando que não qualificam as pessoas e não melhoram a educação. Propõem uma mudança cultural dos direitos sem deveres, da vitimização e da crença na gratuidade. Enfim, um partido que acredita só na liberdade do indivíduo, são contra cotas raciais e são contrários ao Estatuto do Desarmamento e pregam a preservação da propriedade privada, privatização das empresas, Fundo de Garantia opcional e desburocratização do Estado. A prioridade do “Novo” é privilegiar o mérito, o indivíduo e o empreendedorismo. (Manual do Novo, 2015)

Além de toda a discussão em torno da votação dos PME e da implantação pelo Brasil do Projeto Escola Sem Partido, o ano de 2015 também trouxe a discussão do Projeto de Lei 6583/2013 sobre o Estatuto da Família, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Criado pelo Deputado Anderson Ferreira (PR-PE) tramita desde 2013 e dispõe sobre os direitos da família e as diretrizes das políticas públicas voltadas para atender a entidade familiar em áreas como saúde, segurança e educação. Projeto polêmico que em seus artigos que os currículos dos ensinos fundamental e médio devem ter em sua base nacional comum como componente obrigatório a disciplina “Educação para a família”. Ainda garante a participação efetiva do representante dos interesses da família nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas. E estas deverão formular e implantar medidas de valorização da família no ambiente escolar, com a criação do “Dia Nacional de Valorização da Família”, que deverá ser celebrado na escola todos os anos no dia 21 de outubro. Além disso, esse projeto ainda restringe a adoção de crianças apenas a casais heterossexuais.

Alguns deputados, como Maria do Rosário (PT-RS) criticaram o projeto dizendo ser digno de “nojo”. O Deputado Bacelar (PTN-BA) defendeu que os homossexuais têm direito de receber igual proteção às famílias compostas por heterossexuais e ao declarou: “Que país é esse? Que sociedade é essa que estamos

construindo? Seria mais fácil, talvez, substituir a Constituição pela Bíblia.” (ALEGRETTI; OLIVEIRA, 2015). Deputados contrários ao texto do Estatuto apresentaram requerimentos para adiar a apreciação do texto, mas não foram aprovados. A deputada, Érika Kokay (PT-DF) classificou a proposta como “institucionalização da homofobia” e “lógica homofóbica e de exclusão”. (CALGARO, 2015).

O Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) criou uma comissão especial que discute o tema e é composta majoritariamente por integrantes da bancada evangélica. O relator do projeto, Diego Garcia (PHS-PR) afirmou na reportagem que o projeto cumpre o que ele chama de “inglória missão de evidenciar o óbvio” e disse que o Judiciário errou ao reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Para contemplar uniões homoafetivas, Garcia propôs a criação de uma nova denominação, a “parceria vital” e essa não teria conexão com a procriação ou constituição de uma família, mas serviria para a garantia de benefício previdenciários. O político ainda argumentou que a lei não chancela comportamentos decorrentes de “afetos contrários aos bons costumes” (CALGARO, 2015). O relator do PL pastor Ronaldo Fonseca (PROS-DF) no relatório da Comissão que analisa o projeto, fala que: “É importante asseverar que apenas da família, união de um homem com uma mulher, há a presunção do exercício desse relevante papel social que a faz ser base da sociedade” (FONSECA, 2014). Vemos nesses discursos visões também de certo modo utilitaristas, quando fala que família de pessoas do mesmo sexo não cumpre sua função de ser “base da sociedade”. Tentam impor valores e assim marginalizam algumas famílias, caso não enquadre na definição da entidade familiar. O projeto segue para o Senado.

Em uma notícia recente, o site Hiper Notícias menciona que o Deputado Federal Victório Galli (PSC-MT) iniciou uma articulação para instalar uma CPI contra o MEC pelo que classificou como “desvio ideológico” na reestruturação do ensino ao introduzir temas como a ideologia de gênero nos PMEs. A proposta já teve adesão dos Deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Marco Feliciano (PSC-RJ). Segundo o Deputado Galli, acredita que a CPI combaterá o marxismo atrelado ao ensino, pois esse é o “ovo da serpente”. E tão importante a ser combatido como a corrupção. E que o atual governo conduz de forma planejada o anti-cristianismo e o marxismo.

acabar com a “família”. Em “*A Ideologia Alemã*” de Karl Marx e Friedrich Engels há um trecho que sempre é usado por pessoas contrárias às questões de gênero que diz:

“A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida. A divisão do trabalho, porém, na sua origem, não é nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, que mais tarde se torna a divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma. A divisão do trabalho, por conseguinte, repousa na divisão natural do trabalho na família e na divisão da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, e que envolve, ao mesmo tempo, a divisão desigual tanto do trabalho como de seus produtos, isto é, da propriedade privada, que já possui seu germe na sua forma original, que é a família, em que a mulher e os filhos são escravos do marido”.(Engels; Marx, 1991)

O que Marx criticava era a brutal desigualdade do sistema capitalista, mas a noção de “ideologia” se tornou algo tido como subversivo, caracterizado como “perigo vermelho”, associada ao “comunismo”.

Voltando à discussão, o senhor Sérgio, coordenador do ECC (Encontro de Casais com Cristo) pediu aos vereadores para ficarem atentos e que ele está lá como um pai que quer preservar sua família. Terminado o discurso, o vereador João Maurício, autor do projeto Escola Sem Partido, tomou a palavra, disse para os presentes que os pais dos alunos deveriam vir à Câmara na próxima sessão para a votação do plano e também professores entendedores da questão para fazer um debate. Disse que queria que seu nome ficasse marcado no município como alguém que só quer o bem de toda a nossa sociedade. Que nessa “ideologia de gênero” os alunos não verão seus pais mais como ídolos e sim os professores. E questionou, e se houver um desvio de conduta desses profissionais? A quem o aluno vai escutar? Disse que não está discriminando ninguém, mas está querendo fazer a prevenção para desvios desses professores. “Lutamos para que os cidadãos de bens tenham berço e eu sou família”, diz o vereador Maurício. O vereador Ricardo Lúcio Alvarenga (PSDB) tomou a palavra e disse que essa discussão acerca dos termos não foi feita durante as audiências públicas para a elaboração do PME, e uma comissão ficou mais de um ano trabalhando na elaboração do plano. E que ele como católico, que lê sempre a Bíblia vai tentar ajudar a fazer as correções devidas.

Segundo os vereadores, o prefeito enviou essa proposta com essas ideias sorrateiramente inseridas para “passar batido” pela Câmara. O Deputado Federal Eros Biondini (PTB - MG) enviou carta ao Legislativo Municipal pedindo que aquela casa legislativa tomasse as providências para que não tivesse a menção dos termos “gênero” e “orientação sexual” no plano municipal. Disse que se houver necessidade, substitua esses termos pela palavra “sexo”². E que os gestores públicos municipais devem ficar atentos aos materiais didáticos e paradidáticos, impedindo o uso de qualquer material que faça referência a essa ideologia.

Para finalizar a sessão, o presidente da Câmara, Dr. Fernando Pediatra, tomou a palavra e deu sua opinião sobre a questão: “O que os governos federal e municipal querem implementando essa ideologia de gênero?”

Precisamos parar com essa demagogia e investir mais em educação. (...) O governo fica querendo inovar com leis que na verdade são retrógradadas, quer dizer então que não existe homem e nem mulher”? Falou o presidente. E disse ainda que como médico pediatra, sabe que a criança precisa ter referências de masculino e feminino, que há uma distorção da moral e da ética. Disse o legislador que no dia anterior tinha ido à posse do bispo católico regional e conversando com alguns líderes religiosos e que, independente das diferentes vertentes religiosas estavam todos como cristãos defendendo a família.

A segunda sessão da votação do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho, aconteceu no dia 22/06/15 e vimos como é forte a influência religiosa na população e na política local. Primeiramente o salão da Câmara estava lotado, havia vários pastores e muitos de seus seguidores evangélicos. Na Palavra Livre, o presidente da Câmara, Fernando Becker (PSB) deu a palavra ao pastor evangélico Alex, alegando que seria importante a explanação dele antes da votação do plano e esse discursou totalmente contra a menção dos termos já citados no PME. Segundo a fala dele a grande maioria dos brasileiros não quer essa ideologia de gênero na educação de seus filhos, porém o MEC tenta inserir agora o que já foi rejeitado no Congresso Nacional.

² O termo “sexo” transfere a discussão no nível do biológico “inquestionável” da Educação Sexual que parte da lógica da diferença sexual. Para alguns legisladores o termo gênero é carregado de subjetividade e doutrinação.

Considera a questão de gênero um ataque à família e fere o direito dos pais de educar seus filhos. Disse não ser homofóbico, não incentiva a violência, mas que não poderia aceitar a interferência do Estado, que é laico, na educação dos filhos. Pois estes não podem chegar da escola com um comportamento diferente do que é ensinado em casa. Em sua fala, disse que não podia aceitar que uma ideologia que prega um princípio de igualdade, viesse a interferir nas famílias. Utilizou um livro mais antigo do curso do GDE para explicar aos presentes o que era a ideologia de gênero. Considera que a escola não deve doutrinar e sim ensinar, não confundindo os alunos com ideologias. O pastor elaborou uma carta para ser entregue aos vereadores, pedindo para retirar os termos já citados do plano municipal. Ao final de sua palavra o líder evangélico citou a Bíblia como a diretriz e norteadora da vida de todos. Foi aplaudido de pé por vários segundos.

Tomando a palavra, o presidente Fernando Becker (PSB) colocou o projeto em discussão. A única vereadora (Maria Klésia) disse que apesar de não ter filhos, também queria que se retirasse totalmente a palavra gênero e seus sinônimos do plano. O vereador João Maurício (PV) falou sobre as inúmeras ligações telefônicas que todos receberam da população bondespachense com o pedido de tirarem os termos do plano. Segundo ele a decisão final veio de várias reuniões que fizeram com mães de alunos, padres e pastores na semana anterior, que estão representando o pedido do povo. Em nenhum momento mencionaram a presença de professores na decisão da retirada dos termos no plano.

O presidente deu sua opinião na palavra livre: disse ser contrário ao Plano que veio da Secretaria de Educação Municipal para ser aprovado, um plano que sornateiramente continha os termos referidos que são pequenas palavras que podem trazer muitas consequências. E que a votação daquele dia teria legitimidade popular. Referiu-se aos termos citados como futuros causadores de problemas na estrutura familiar, causadores de desvios de conduta e consideraram as pessoas que inseriram os termos no plano como “pseudorevolucionários”, “teóricos de plantão”, educadores que deveriam ter vergonha de apresentar ideias como a “ideologia de gênero”. E que querem uma pátria educadora de verdade e não uma revolução em cima de mentiras de palavras que querem doutrinar a população de forma sornateira. O vereador que também é pediatra, diz não ser “saudável” para os alunos, pois todas as crianças precisam ter

referenciais masculinos e femininos para “evitar erros”. Elogiou a união dos cristãos de todos os segmentos em prol de uma causa.

Em mais uma fala, o presidente da Câmara Municipal acusou o governo de querer doutrinar a população achando que estão melhorando a educação. Apontou o executivo municipal de ser “autor” do projeto, dizendo que não deveriam nem ter enviado para a votação na Câmara, pois seria um desrespeito à população. Bradou em alto som que eles, os vereadores, não iriam permitir, e que estavam do lado do povo. Logo após dizer essas palavras o legislador foi ovacionado pelos presentes com gritos e palmas. O vereador Pedro Paula Paiva (PDT) pediu a palavra dizendo serem essas ideias contrárias ao jeito que ele foi “criado” pelos pais, como criou seus filhos, não podendo ele ser contra sua ideologia pessoal. O vereador José Ivo de Faria (PROS) disse ser pessoa de Deus e que eles (vereadores) querem fazer o melhor pela família, que é a coisa mais importante do planeta e não devem aceitar algo tão vulgar como essas ideias de gênero, considerado por ele um “projeto absurdo”, mesquinho.

O único vereador que tentou corrigir as palavras do presidente da Câmara, Ricardo Alvarenga (PSDB), argumentando que o Prefeito enviou o projeto, mas que não foi elaborado pela Secretaria de Educação, e sim por uma comissão composta por diversos setores da sociedade bondespachense, que inclui a Secretaria Municipal de Educação. Foi vaiado pelos presentes e em seguida alegou que só estava comentando como foi elaborado o projeto, mas que também era a favor da emenda que retira os termos de gênero no plano. Disse que só queria defender quem não merece ser atacado, no caso o prefeito municipal. Disse estar do lado da população.

O vereador João Maurício (PV) tomou a palavra referindo-se aos termos citados como “desvalores” e que crianças não tem maturidade para entender tais ideias. Novamente reduziram o papel do professor dizendo que muitas vezes são desnecessários em relação a valores.

No Brasil tivemos polêmicas e protestos a favor e contra gênero nos PME. Segundo Domingos (2015) em São Paulo o texto foi aprovado sem os termos “gênero”, “orientação sexual”, “diversidade sexual”, “identidade de gênero”. O texto foi aprovado com 42 votos a favor da retirada dos termos, dois contrários e nenhuma abstenção. Movimentos LGBTs acompanharam a votação e também militantes do Movimento

Cristão, esses a favor da retirada dos termos. Houve confusão e invasão do Palácio Anchieta (SP).

Ilustrando desmembramento dessa polêmica em outras cidades brasileiras, em Campinas (SP), segundo Nunes (2015) a população também lotou o plenário e conflitos e agressões entre grupos rivais, representantes do Grupo Setorial LGBT CSP Conlutas, pelo Movimento Mulheres em Luta (MML), Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), Coletivo Juntos, Coletivo Domínio Público e Anel, do movimento de estudantes secundaristas. Do outro lado, o grupo favorável ao projeto gritava palavras de ordem: “Família é pai e mãe. O resto é gambiarra” e “A nossa bandeira jamais será vermelha”. O projeto foi aprovado em primeira discussão por 25 votos contra 5.

Em Manaus (AM), CAPLAN (2015) noticia que a votação do plano municipal praticamente se transformou a Câmara Municipal em um campo de batalha. Movimentos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros estavam presentes na galeria do plenário.

Voltando ao cenário da plenária em Bom Despacho, por fim foi votado em 1ª e 2ª votação o plano e sob aplausos e gritos a unanimidade de votos dos vereadores que optaram pela emenda que tira os termos “gênero” e “orientação sexual” do Plano Municipal de Educação. Diferentemente do que aconteceu em várias cidades brasileiras, não havia protestos e nem pessoas a favor da menção dos termos “gênero” e “orientação sexual” presentes na Câmara Municipal, passivamente a população ficou, ninguém se manifestou contrário para debater sobre o polêmico assunto. O Presidente Fernando Becker (PSB) finalizou parabenizando todos os vereadores e todos os presentes, dizendo que só assim será construída uma sociedade melhor.

E o que se perde quando não há discussão dos temas “gênero”, “diversidade sexual”, nos planos de educação? Tudo que se conseguiu até hoje, todas as conquistas dos movimentos poderão ser esquecidos, e poderá também comprometer o reconhecimento da diversidade e os direitos dos cidadãos. Tudo começa na escola, poderiam traçar estratégias de combate à exclusão escolar, possibilitando mais diálogos utilizando os temas e conflitos em sala de aula. De acordo com LOURO (1997) o processo de fabricação de sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase

imperceptível. Práticas rotineiras são as que mais precisam de atenção para não se tornarem naturais (LOURO, 1997, pg. 64). Vera Candau também problematiza sobre essa questão de como seria importante a questão de gênero na escola.

“(…) Talvez seja importante pensar nessa questão não como um ponto, um objetivo a ser alcançado em algum momento, mas como um processo permanente, sempre inacabado, marcado por uma deliberada intenção de promover uma relação democrática entre grupos envolvidos e não unicamente uma coexistência pacífica num mesmo território” (CANDAU, 2010, pg. 99)

Não falar sobre gênero na escola poderia favorecer a evasão escolar e também a repetência daqueles alunos que não “se reconhecem” nas escolas? Racismo, homofobia, lesbofobia, machismo e inferiorização e violência contra a mulher são crimes que as futuras gerações, se fossem educadas para a diversidade, poderiam ajudar a combater e colaborar com a diminuição dos altos números de violação de direitos.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) recebem todos os dias mulheres vítimas de todos os tipos de violência. Ainda existem homens que mantêm suas mulheres subservientes, neste sistema “patriarcal” que ainda é presente em nossa sociedade. A Lei Maria da Penha e as Delegacias de Mulheres foram resultados de lutas de movimentos feministas que ajudam muitas mulheres que sofrem violência e não tem a quem recorrer.

A prova de redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2015 teve como tema: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” foi utilizada como ferramenta por mulheres para denunciar casos de abusos. Algumas redações estão sendo investigadas por conter casos de denúncias. Tema bem pertinente, pois todos sabem que a violência contra a mulher tem índices ainda muito preocupantes.

Segundo pesquisadores do CCHB (Centro de Ciências Humanas e Biológicas da UFSCar), 32% dos homossexuais entrevistados durante a 6ª Parada LGBT

de Sorocaba afirmaram sofrer preconceitos dentro das salas de aula. Os gráficos da referida pesquisa mostram que sofrem preconceitos em situação como doação de sangue, em serviços de saúde, no trabalho, em atendimentos em delegacias, comércios e locais de lazer, de amigos e vizinhos. Uma das pesquisadoras, Viviane Melo de Mendonça contatou que “não é uma questão do Movimento LGBT, é uma questão de educação, que deve ser defendida e compreendida por todos os educadores”. Ainda são identificados casos de educadores que não sabem lidar de modo apropriado, por exemplo, de agressões físicas e verbais sofridas por homossexuais no ambiente escolar. Os resultados encontrados pelos professores do CCHB apontam que os ambientes familiar e religioso também são ambientes onde predomina discriminação por orientação sexual. (LEITE; MENDONÇA; GARCIA, 2015).

5 CONCLUSÃO

Relacionando então os discursos sobre gênero na votação do plano nacional e a teoria da igualdade de gênero, vemos que nossos legisladores estão descompromissados com a igualdade, a tolerância e o respeito às diferenças. O obscurantismo do tema reforça a violência, a desigualdade no mercado de trabalho e em uma esfera como a política, onde as mulheres são a minoria como representantes do povo.

É nesse momento crucial da nossa política que o Plano Municipal de Educação poderia dialogar e tentar introduzir nas escolas cursos como o GDE (Gênero e Diversidade na Escola), para construir saberes, tentar desconstruir preconceitos e colaborar para que os pais entendam a individualidade de seus filhos e os respeitem. Uma melhor divisão de tarefas domésticas faria com que as crianças entendessem que todos são responsáveis pelos cuidados com a casa e que os pais também podem ajudar a cuidar das crianças. Muitas meninas poderiam sofrer menos com o machismo na escola, por parte de colegas e até professores. Muitas garotas vivem amedrontadas pelo machismo e pela violência (podemos ver nas redes sociais manuais de como se estupra uma garota, de várias universidades brasileiras).

A falta de discussão de gênero na escola também poderia diminuir a liberdade das meninas, uma vez que crescem pensando que algumas profissões não são para mulheres, o que afeta a autoestima, e a possibilidade de protagonismo social dessas mulheres. O machismo e o paternalismo ainda são muito presentes na sociedade. A página da rede social “Feminismo sem demagogia” postou uma foto de uma travesti que passou em primeiro lugar na Universidade Federal de Pernambuco, os internautas enfurecidos fizeram denúncias falsas da página e esta foi tirada do ar. Apurando os fatos chegaram à conclusão que o que havia eram ameaças de cunho machista e transfóbico.

A discussão de Gênero então se torna instrumento valioso e perigoso (SENKEVICS, 2014). Valoroso no sentido de dialogar com os movimentos sociais, com as minorias que começam a afirmar sua cidadania e dignidade com mais força, “minorias essas que devido à diferenciais de poder são considerados por alguns como minorias, mesmo que elas perfaçam mais da metade da população, como o caso das mulheres” (SCOTT, 2005, p. 18). Perigoso porque a problematização das noções estereotipadas de gênero reflete um sintoma de ameaça a uma ordem social já estabelecida. Na citação a seguir temos uma definição da polêmica questão da ideologia de gênero e a falta que a discussão da questão de gênero pode fazer na escola, tirado do Blog da *Revista Fórum*:

“Chamam de ideologia um discurso de inclusão. O ensino neutro não existe, o que existe é mobilizar categorias mais ou menos plurais e democráticas na construção do processo de ensino. Quando não discutimos diversidade e igualdade de gênero, assumimos uma tradição masculina de compreensão do ensino, do conhecimento, das características que seriam adequadas para a formação.” (ANJOS; Fuhrmann, 2015).

Assim como na maioria dos municípios brasileiros, os termos referentes a gênero foram tirados do Plano Municipal de Educação de Bom Despacho. Vimos nos relatos muitos discursos de intolerância, falta de conhecimento e preconceito. Igualmente aconteceu a interferência de teorias tendenciosas de pessoas formadoras de opinião. A

Câmara Municipal não se comportou como instituição laica que deveria ser. Nessa posição, muitas pessoas também ligaram para a Câmara, pediram aos vereadores para votarem contra a inserção dos termos “gênero” e “diversidade sexual” no plano de educação. A comissão formada para discussão do plano contou o apoio de padres e pastores, os quais anteriormente estavam pregando a seus fieis, nos cultos e missas, ideias contrárias à questão de gênero, devido à grande discussão pelo Brasil.

A professora Flávia Biroli em um texto do blog “Fórum” define que:

“A laicidade é um princípio fundamental da democracia porque permite que a diversidade se apresente sem que o Estado assuma e promova a superioridade de um grupo relativamente a outro. Quando a religião orienta políticas do Estado, rompem-se com a ideia de que os indivíduos merecem igual respeito e tem valor igual na sociedade – a democracia não resiste a visões exclusivistas e excludentes. Produz intolerância e é a justificação e a aceitação do tratamento desigual, da humilhação e da violência contra aqueles que não vivem como acho que deveriam viver.” (BIROLI, 2015)

No livro *Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* Organizado por autores da Associação Brasileira de Psicologia Social, temos bons fundamentos para entender a laicidade do Estado brasileiro. Segundo RIOS (p. 19, 2015) liberdade religiosa, igualdade, pluralismo democrático, diversidade religiosa e também ausência de crença compõem os princípios da laicidade. E revela-se como base da organização estatal possibilitando, simultaneamente, a proteção em face do perigo de intervenção e manipulação estatal no âmbito religioso e defesa de indivíduos diante de majorias que almejem impor suas convicções religiosas sobre os demais por meio do processo político. Ao contrário do que muitos pensam, não há oposição entre laicidade e liberdade religiosa mas sim garantia de liberdade na esfera religiosa. Segundo RIOS, laicidade e igualdade também têm relação direta e inestimável, como princípio de organização na democracia e

necessário para o convívio democrático em sociedades plurais, cujo teor não se coaduna à dinâmica de argumentos de fé. (RIOS, p. 20, 2015).

Outro autor, NARDI, afirma que a prática fundamentalista pode ser vista não só nas igrejas como nos parlamentos, no Judiciário, no Executivo, dentre outros espaços públicos. Confundem liberdades laicas com abuso de liberdade religiosa. (NARDI, p.44, 2015). Utilizam discurso laico para uma prática confessional que busca, em última análise, a construção de um estado cada vez mais teocrático, fechado, naquilo que consideram como verdade, como princípio. (NARDI, p. 47, 2015).

A extrapolação da liberdade religiosa quando atenta aos direitos humanos por preconceito é crime e pode ser tipificado quando faz apologia à violência, ao ódio, ou quando busca impor a invisibilidade ou a inferioridade social de mulheres, de negros e negras ou de LGBTTs. (NARDI, p. 58, 2015)

Considerando que a educação está no centro da disputa para aqueles que buscam a imposição de suas crenças. A sugestão do autor é a ocupação dos espaços de debate acerca da Educação para a Diversidade, em Conselhos, Fóruns, na mídia (TV, Rádio) e mídias sociais da internet, blogs; reconquistando os espaços perdidos no debate dos PMEs, após as Conferências Nacionais e fazendo valer as diretrizes básicas por uma educação antirracista, não homofóbica e contrária ao machismo e ao sexismo. (NARDI, pg. 57, 2015).

Apesar da escola ter uma certa resistência a mudanças, os tempos são outros, a sociedade mudou e a escola precisa acompanhar essas mudanças de comportamento. Os educandários devem reconhecer que todos têm direito à convivência, tanto racial, quanto étnica, econômica, e também de gênero. O termo gênero e outros afins foi retirado da maioria dos PMEs mas a Constituição Federal Brasileira em seu artigo 6º é um direito de todos e todas, e ainda, que o Estado deve garantir condições de acesso e permanência escolares. Para começar, segundo SEFFNER, os professores poderiam estar interligados ou até mesmo antenados aos movimentos sociais (não somente movimentos como o LGBT, mas também religiosos, de caráter filantrópico e carismático) para saber sobre a realidade desses movimentos e

acompanhar os debates nas mídias, rede sociais e para saber dialogar com a sociedade e com os alunos, apresentando as diversas visões, interpretações sobre determinado assunto. A sociedade moderna passa por um momento de disputa acerca do conceito de laicidade e a escola é um dos cenários onde esse conflito acontece. E se professores estiverem vigilantes, poderiam ter uma sociedade “humanamente diferente”, e o primeiro passo seria ter a laicidade como norma e na possibilidade de convivência entre diferentes como meta. E o segundo passo é não recuar na defesa da laicidade diante daqueles que avançam sobre ela. (NARDI, p.58-59, 2015).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRETTI, Lais; OLIVEIRA, Letícia de. *Comissão aprova definição de família como união entre homem e mulher*. Portal G1. 24/09/15. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/comissao-aprova-definir-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher.html>

ANJOS, Anna Beatriz; FUHRMANN, Leonardo. *Entre a fé e a razão: Por que discutir gênero nas escolas brasileiras*. Portal Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/semanal/entre-fe-e-razao-por-que-discutir-genero-nas-escolas-brasileiras/>

ARAÚJO, Jair Bueno de. *A Desconstrução dos Processos Identitários dos Gêneros Sexuais em Judith Butler*. Revista Multidisciplinar da UNIESP, 2011. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/03.pdf>

ARRAES, Jarid. *Cinco motivos para discutir questões de gênero na escola*. Portal Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/06/19/5-motivos-para-discutir-questoes-de-genero-na-escola/>

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo e RISK, Eduardo. *Diferenças na educação: Outros aprendizados*. EDUFCAR. São Carlos, p. 153, 2014.

BIROLI, Flávia. *O que está por trás do boicote religioso à "ideologia de gênero"*. Portal Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/30/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>

BRASIL, Secretaria de Estado do Paraná. *Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual*. Curitiba, 2010. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

BRASIL, Projeto de Lei 6583/2013 – *Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=114B04C54AF06A417DDD8F6049D3519D.proposicoesWeb2?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013

BRASIL, Bom Despacho. Lei Municipal 2.499 de 05 de agosto de 2015 – *Instituído Âmbito do Sistema de Ensino do Município de Bom Despacho o Programa “Escola Sem Partido” e dá outras providências*. Disponível em: <http://dome.pmbd.mg.gov.br/DOMe-000529-05-08-2015.pdf> Acessado em 03/03/16.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. *Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem “ideologia de gênero”*. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALGARO, Fernanda. *Relator é aplaudido após definir família como união entre homem e mulher*. Portal G1.02/09/15. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/relator-e-aplaudido-apos-definir-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher.html>

CAPLAN, Natália. *Apenas três vereadores votaram contra a supressão dos termos gênero, diversidade e orientação sexual do plano, que foi aprovado pela maioria dos parlamentares na noite desta segunda-feira (22)*. Portal Acrítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/ideologia-polemica-Plano-Municipal-Educacao_0_1380461983.html

CARVALHO, Marília Pinto. *O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula*. XV ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática Pedagógica). R. Educ. Pública: Cuiabá, v.21, nº46, p. 401-412, maio-ago.2012.

CAUDAU, Vera Maria (org.). *Educação Multicultural: Tendências e Propostas*. In Sociedade, Educação e Cultura (s). Petrópolis: Vozes, 2010.

CAZARIM, Thiago. *O triste samba de Orley*. Portal Jornal Opção. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-triste-samba-de-orley-38096/>

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 6583/2013. Brasília. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287153&file_name=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), Brasília, 2014. *Documento-referência: O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração*. Brasília, 29 e 30 de agosto de 2014 (reunião para a conferência). 100 páginas. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/documentoreferenciaconae2014publicacao_numerada3.pdf

DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. *Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas*. RBCS. Vol.23, nº 66, 2008.

DOMINGOS, Roney. *Câmara de SP aprova em 1ª votação plano de educação sem termo "gênero"*. Portal G1. Disponível em:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/camara-de-sp-aprova-em-1-votacao-plano-municipal-de-educacao.html>

ENGELS, Frederich; MARX, Karl. *The Germany Ideology*. New York: International Publisher, 1970.

HAZRAEL, Ben. *Sobre o fanatismo religioso e seus perigos políticos e sociais*. Blog Observatório de Impactos Ambientais. Disponível em: <http://observatoriodeimpactosambientais.org/2012/02/27/sobre-o-fanatismo-religioso-e-seus-perigos-politicos-e-sociais/>

HIPER NOTÍCIAS: *CPI do MEC*. 30 de março de 2016. Disponível em: <http://hipernoticias.com.br/no-de-cachorro/cpi-do-mec/57414>

KOFES, Suely. *Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações*. In: Estudos de Gênero: a interdisciplinaridade no campo teórico e a subjetividade no campo metodológico. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia: Belo Horizonte, 1992.

LEITE, Kelen Christina; MENDONÇA, Viviane Melo; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *Discriminação e Violência Homofóbica da 6ª Parada do Orgulho LGBT de Sorocaba-SP: subsídios para (re)pensar as práticas educativas*. Cad. Pes., São Luís, v.22, n.3, set./dez, 2015. Disponível em:

<https://www.google.com.br/#q=viviane+melo+de+mendon%C3%A7a+pesquisa+homos+sexuais>

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. Revista Educação e Realidade. 20 (2), p.101-132, jun a dez 1995.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes. Rio de Janeiro, p. 57-87, 1997.

MANUAL DO NOVO. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/ff9d93qaugysp9/Manual%20do%20NOVO.pdf>

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; SILVEIRA, Raquel da Silva (org.). *Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a lacidade tem a ver com isso?* Porto Alegre: Deriva/Abrapso, 2015.

NOGUEIRA, Conceição. *Contribuição do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Gênero*. Portugal. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 1b37-153, mar. 2001.

NUNES, Tote. *Sob tensão, Câmara de Campinas rejeita a chamada ideologia de gênero*. Portal G1. Disponível em:

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/sob-tensao-camara-rejeita-chamada-ideologia-de-genero.html>

PELEGRINI, Maurício A. Foucault, feminismo e revolução. Anais do XXI Encontro de História – ANPUH-SP. Campinas, setembro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342407030_ARQUIVO_MauricioPelegriini-Anpuh2012.pdf

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. Revista Sociologia Política. Curitiba, v.18, p. 15-36, jun. 2010.

QUINALHA, Renan. “*Ideologia de gênero*” ou *gênero da ideologia*? Revista Cult. Disponível em:

<http://revistacult.uol.com.br/home/2015/08/ideologia-de-genero-ou-o-genero-da-ideologia/>

SENKEVICS, Adriano. *O conceito de gênero por seis autoras feministas*. **Ensaio sobre Gênero**. 16/02/12. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/09/o-conceito-de-genero-por-seis-autoras-feministas/>

SENKEVICS, Adriano. *PNE e a “ideologia de gênero”*. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/04/12/pne-e-a-ideologia-de-genero/>

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade. V. 20, n. 2, jul/dez 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan. *The Conundrum of Equality*. Princeton University, mar, 1999. [Versão em português: O enigma da igualdade. Estudos Feministas. Florianópolis, 13(1): 11-30, jan-abr. 2005].

SCOTT, Joan Wallach: *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 11-27.

SILVA, Orley José. *Planos de educação querem experimentar a Ideologia de Gênero nesta geração de crianças*. 20/06/15. Portal Jornal Opção. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/planos-de-educacao-querem-experimentar-a-ideologia-de-genero-nesta-geracao-de-criancas-38069/>

SOUZA, Vanderlúcio. *Dom Orani alerta sobre perigo da ideologia de gênero no PNE*. <http://blog.opovo.com.br/ancoradouro/dom-orani-lanca-nota-alertando-sobre-perigo-da-ideologia-genero-pne/>

TIBURI, Márcia. *Vamos conversar sobre gênero?* Revista Cult. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/vamos-conversar-sobre-genero/>